

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

É Bacharel em Direito em 2004 e pós-graduado *lato sensu* em Direito Civil e Processo Civil em 2006, pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN; Mestre em Processo Civil e Cidadania pela Universidade Paranaense – UNIPAR em 2018. Em sua atuação profissional, é Assessor Jurídico do Gabinete da 6ª Vara Cível de Dourados - MS desde 2005 e Professor de Direito Civil no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN desde 2006. Também leciona Direito Processual Civil em cursos de pós-graduação.

comentários à

Lei da Pandemia

Regime Jurídico Emergencial e Transitório
das relações jurídicas de Direito Privado (RJET)

Lei Federal n. 14.010/2020

 EDITORA
Contemplar

ISBN: 978-85-9487-070-4

Autor

Gilberto Ferreira Marchetti Filho

Capa e Diagramação

Aline Vieira Pipino de Freitas

Marchetti Filho, Gilberto Ferreira.

Comentários à Lei da Pandemia: Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) - Lei Federal nº 14.010/2020 / Gilberto Ferreira Marchetti Filho. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2020.

1. Direito. 2. Processo Civil

I. Título.

CDD: 340

CDU: 341.46

Fechamento desta edição: 26.06.2020

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à


EDITORA
Contemplar

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

SUMÁRIO

LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020

Capítulo I - Disposições Gerais	13
1 A Pandemia do Covid-19 no mundo e no Brasil	13
2 Importância da Lei e o processo legislativo	16
3 Abrangência e Vigência Inicial da Lei	20
4 Natureza Transitória da Lei e sua Data Final de Produção de Efeitos	23
5 Os Vetos Presidenciais	24
 Capítulo II- Da Prescrição e Decadência	 27
1 Noções Gerais Sobre Prescrição e Decadência	27
1.1 Conceito de Prescrição	27
1.2 Conceito de Decadência	28
1.3 Breve Distinção Entre Prescrição e Decadência	28
1.4 Disciplina Legal da Prescrição	29
1.5 Impedimento, Suspensão e Interrupção da Prescrição	30
1.6 Disciplina Legal da Decadência no Código Civil	31
2 A Suspensão da Contagem do Prazo de Prescrição e Decadência Durante a Pandemia do Covid-19	32
3 Natureza Subsidiária da Norma e Impossibilidade de Cumulação com Outra Causa Impeditiva, Suspensiva ou Interruptiva	33
4 Vigência da Norma e Aplicabilidade a Situações Anteriores à sua Vigência	34
 Capítulo III - Das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	 37
1 Noções Básicas Sobre Pessoa Jurídica	37
1.1 Conceito	37
1.2 Surgimento e disciplina jurídica geral da pessoa jurídica	38
1.3 Classificação	40
1.3.1 As pessoas jurídicas de direito público	40
1.3.2 As pessoas jurídicas de direito privado	42

2 A Redação do Art. 4º, o Veto, suas Razões e Algumas Considerações....	43
3 A Virtualização das Assembleias Gerais e Abrangência do Art. 5º.....	48
Capítulo IV - (vetado)	51
1 Algumas Considerações sobre Inadimplemento Involuntário, Teoria da Imprevisão, Resolução por Onerosidade Excessiva e Aplicabilidade das Normas de Direito do Consumidor.....	51
1.1 Inadimplemento Involuntário das Obrigações	51
1.2 A Teoria da Imprevisão	52
1.2 A Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i>	54
1.3 Resolução por Onerosidade Excessiva.....	55
1.4 Elementos Para Aplicabilidade da Teoria da Imprevisão.....	55
1.5 Teoria da Imprevisão no Código Civil	57
1.6 Algumas Notas Sobre a Relação de Consumo e a Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....	58
1.6.1 A relação de consumo	60
1.6.2 O consumidor	61
1.6.3 O fornecedor.....	65
1.6.4 O produto e o serviço	66
1.6.5 O Código de Defesa do Consumidor e sua relação com o Código Civil.....	71
1.6.6 A “teoria da imprevisão” no Código de Defesa do Consumidor..	73
2 A Redação do Capítulo Aprovada pelo Congresso Nacional	75
3 O Veto, suas Razões e Algumas Notas Opinativas Sobre	76
Capítulo V - Das Relações de Consumo.....	79
1 Anotações Gerais Sobre o Arrependimento nas Compras à Distância no Direito do Consumidor.....	79
2 A Materialização da Ratio Essendi da Norma Consumerista Durante a Pandemia	86
Capítulo VI - Das Locações de Imóveis Urbanos.....	87
1 Considerações sobre Contrato de Locação e a Lei de Locação de Imóveis Urbanos (Lei Federal n. 8.245, de 1991)	87

2 A Redação do Capítulo Aprovada pelo Congresso Nacional	92
3 O Veto, suas Razões e Comentários Sobre o Tema	93
Capítulo VII - Da Usucapião	99
1 Noções Preliminares Sobre Usucapião	99
1.1 Conceito, fundamento e objeto da usucapião	99
1.2 A ação de usucapião	100
1.3 Contagem do prazo e as causas de impedimento, suspensão e interrupção da contagem do prazo	101
1.4 Espécies de usucapião de imóveis e de móveis	102
2 A Suspensão dos Prazos para Fins de Usucapião. Conteúdo e Abrangência do Artigo	102
Capítulo VIII - Dos Condomínios Edifícios.....	105
1 Notas Sobre o Condomínio Edifício e de Lotes Importantes para o Tema	105
1.1 Conceito de condomínio edifício.....	105
1.2 Direito e deveres do condôminos	106
1.3 Administração do condomínio	107
1.4 Conceito de condomínio de lotes	110
1.5 Disciplina legal do condomínio de lotes	110
1.6 A multipropriedade e sua disciplina legal.....	111
2 Aplicabilidade da Norma nos Condomínios de Lotes e de Multipro- priedade.....	113
3 A Redação do Art. 11, sua Importância, as Razões do Veto e Algumas Considerações Opinativas.....	114
4 A Questão Relativa às Obras em Período de Pandemia	118
5 A Virtualização das Assembleias Gerais e Abrangência do Art. 12....	119
6 A Possibilidade de Prorrogação do Mandato do Síndico	121
7 A Obrigatoriedade de Prestação de Contas Mesmo em Tempos de Pandemia	122
Capítulo IX - Do Regime Concorrencial	123
1 Comentários Breves sobre a Lei Federal n. 12.529, de 2011	123

2 A Suspensão da Eficácia dos Arts. 36, § 3º, incisos XV e XVII, e 90, inciso IV: Vigência e Abrangência da Norma.....	128
Capítulo X - Do Direito de Família e Sucessões	131
1 Notas Sobre o Procedimento de Cumprimento de Sentença de Alimentos	131
2 O Inventário e Arrolamento: Prazos Processuais.....	134
3 A Prisão Civil do Devedor de Alimentos Durante o Período da Pandemia. Sugestão Para o Desenrolar do Cumprimento de Sentença Durante a Vigência da Lei n. 14.010	137
4 Suspensão dos Prazos para Ajuizamento e Tramitação do Inventário e Arrolamento Durante a Pandemia	145
Capítulo XI - (vetado)	147
1 A Política Nacional de Mobilidade Urbana.....	147
2 A Redação do Capítulo e dos Artigos	149
3 As Razões do Veto e Alguns Considerações Sobre.....	150
Capítulo XII - Disposições Finais.....	153
1 A Redação do Art. 19 e o seu Veto.....	153
2 O art. 20 e a Alteração da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	155
Referências Bibliográficas para Leitura Complementar	159